

ANEXO XIV

TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS Nº 1/2026 - PRES/DG/SSI
REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada no ramo de vigilância armada, ostensiva, 24 horas, executado de forma indireta e contínua, com o fornecimento de toda a mão de obra, equipamentos de segurança pertinentes à atividade, EPI's e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços, para atender os prédios da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Detalhamento dos serviços que compõem a solução:

Item	Subitem	Especificação	CATSE	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário Estimado R\$	Valor Mensal Total Estimado	Valor Anual Total Estimado	Valor Contratual (60 meses) Total Estimado
01	01	Posto de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.	24015	Posto	05	12.780,00	63.900,00	766.800,00	3.834.000,00
	02	Posto de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 vigilantes	24015	Posto	04	14.158,59	56.634,40	679.612,80	3.398.064,00

		em turnos de 12 (doze) X 36 (trinta e seis) horas.							
	Total geral						120.534, 40	1.446.412 ,80	7.232.064 ,00

1.3 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

1.3.1 Para assegurar a padronização dos procedimentos de segurança, facilitar a gestão e fiscalização, obter economia de escala e garantir a integridade da cadeia de custódia do armamento (vedada a partilha entre empresas distintas), os itens 01 e 02 deverão ser licitados e adjudicados em **GRUPO ÚNICO** por valor global, cabendo a um único fornecedor a execução integral do contrato.

1.4 O prazo de vigência contratual será de **60 (sessenta) meses**, contados a partir da assinatura do contrato ou data fixada na Ordem de Início, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos (120 meses), na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. A execução do contrato terá início imediato após a emissão da Ordem de Serviço, momento em que ocorrerá a transição e a rescisão do contrato emergencial vigente.

1.5. O serviço é enquadrado como continuado (art. 6º, XV, da Lei n. 14.133/2021) pois visa atender necessidade pública permanente de segurança institucional. A vigência plurianual de 60 meses demonstra-se mais vantajosa economicamente e tecnicamente, considerando:

- 1. Amortização de Custos Iniciais:** Diluição dos custos de seleção, uniformes novos e despesas de implantação por um período maior, reduzindo o valor mensal do posto;
- 2. Estabilidade Operacional:** Manutenção de equipe treinada e adaptada às normas do Tribunal por longo prazo, evitando a perda de conhecimento tácito (curva de aprendizado) causada pela troca frequente de fornecedores;
- 3. Redução de Processos:** Otimização da força de trabalho da área de licitações, evitando a realização de novos certames complexos anualmente para o mesmo objeto.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à execução, fiscalização e pagamento, conforme minuta anexa.

1.7 De acordo com o art. 6º, III, c/c 6-A, ambos da Lei nº 10.522, de 2022, para a assinatura do contrato e eventual prorrogação do ajuste, a futura contratada deverá comprovar sua regularidade no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - CADIN.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Anexo deste Termo de Referência**.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir: Código do item SSI-05, Plano interno IEF VIGOST - Contratação de Vigilância Armada.

2.3 CABIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.3.1 Não será aplicado o sistema de registro de preços.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Considerando a necessidade de detalhamento para fins de execução contratual e fiscalização (Nota Explicativa 3), bem como a gestão do ciclo de vida do objeto (Nota Explicativa 4), complementa-se a descrição com as seguintes **Especificações Técnicas e Requisitos de Sustentabilidade**:

I - ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (RECURSOS MATERIAIS E HUMANOS) A solução contratada abrange a prestação de serviço de vigilância armada, devendo a Contratada fornecer, manter e renovar os seguintes itens que compõem o "Posto de Serviço":

- **A) Perfil Profissional (Mão de Obra):**

- Vigilantes devidamente habilitados em Curso de Formação de Vigilantes, com Reciclagem em dia (validade bienal) e Carteira Nacional de Vigilante (CNV) válida;
- Profissionais com idoneidade comprovada e aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo.

- **B) Armamento e Segurança (Especificação Técnica):**

- **Arma de Fogo:** 01 (um) Revólver Calibre .38 (ou superior autorizado), acabamento oxidado ou inox, com registro regular no SINARM/Polícia Federal e laudo de vistoria válido.
- **Munição:** 10 (dez) munições por arma, originais de fábrica (sendo expressamente vedada a utilização de munição recarregada), tipo ogival ou jaquetada, dentro do prazo de validade.
- **Cofre:** 01 (um) cofre de aço com segredo ou chave, fixado em local seguro no posto, para a guarda do armamento e coletes durante as rendições.

- **C) Equipamentos de Proteção Individual - EPIs (Normas Técnicas):**

- **Coletes Balísticos:** Nível II-A ou superior, com Certificado de Aprovação (CA) válido e data de fabricação que assegure a vigência da garantia balística (geralmente 5 anos). Deverão ser disponibilizados tamanhos adequados ao biótipo dos vigilantes, incluindo modelagem feminina (com bojo) para as postos ocupados por mulheres.

- **D) Uniformes e Apresentação (Qualidade):**

- Kit completo composto minimamente por: Calça tática com tecido de alta resistência, Camisa/Gandola padronizada, Coturno tático preto (couro/lona), Cinto de guarnição completo, Capa de chuva e Agasalho para frio.

II - CICLO DE VIDA E SUSTENTABILIDADE (LOGÍSTICA REVERSA) Em observância ao art. 6º, XXIII, “c”, da Lei nº 14.133/2021 (Nota Explicativa 6) e ao Guia de Contratações Sustentáveis (Nota Explicativa 7), a execução contratual deverá observar:

- **A) Logística Reversa de Uniformes e EPIs:** Ao final da vida útil dos uniformes ou no encerramento do contrato, a Contratada fica obrigada a recolher todas as peças (fardamento, coturnos, capas de colete) para descaracterização (retirada de logotipos/brasões) e destinação ambientalmente adequada (reciclagem têxtil ou aterro industrial), sendo vedado o descarte em lixo comum, visando mitigar riscos de segurança pelo uso indevido de uniformes por terceiros.
- **B) Gestão de Resíduos Perigosos:** A Contratada é integralmente responsável pelo recolhimento e destinação final de pilhas, baterias (lanternas/rádios) e cápsulas de munição deflagradas ou vencidas, conforme as normas ambientais (Resolução CONAMA nº 401/2008) e de controle do Exército Brasileiro/Polícia Federal.
- **C) Manutenção Preventiva:** Os custos indiretos relacionados à manutenção de armamento (limpeza/armeiro) e renovação de uniformes desgastados compõem o ciclo de vida do objeto e estão inclusos no valor mensal do posto, devendo a contratada garantir a substituição imediata de itens avariados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 SUSTENTABILIDADE E ALINHAMENTO AO PLS (TRE-RO 2021-2026):

O art. 5º da Lei nº 14.133/2021 reproduz o Princípio do Desenvolvimento Sustentável. Por sua vez, a Resolução CNJ nº 347/2020 estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem prever critérios de sustentabilidade em suas contratações, tais como: métodos utilizados para avaliação e especificação de bens, materiais, serviços e obras em função do seu impacto ambiental, social, cultural e econômico, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável – PLS de cada órgão, cuja gestão está prevista no art. 4º dessa norma. Neste Tribunal, o PLS 2021-2026 foi instituído através da Portaria TRE-RO n.º 131/2020 (e atualizações). Após consulta ao referido Plano, verificou-se que

(X) há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas ao objeto pretendido nesta contratação.

Assim, estão sendo exigidas as seguintes práticas e critérios para o seu atendimento: A presente contratação atende diretamente ao Objetivo Estratégico de Racionalizar Gastos, monitorado pelo Indicador nº 11 do PLS (Total de postos de vigilância). O quantitativo de 09 postos respeita a meta de teto estabelecida para o exercício (limite de 16 postos em 2026), equilibrando a expansão da nova sede com a eficiência no uso de recursos públicos.

() não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas ao objeto pretendido nesta contratação. Todavia, o art. 21 da Resolução CNJ nº 400/2021 estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, inclusive na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis, citando, entre eles, alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 que, de igual forma, também dispõe

sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Em razão desses normativos, estão sendo exigidos os seguintes requisitos:

- (X) sociais
- (X) ambientais
- (X) econômicos
- () culturais

das empresas prestadoras contratadas:

1. Critério Social e Equidade de Gênero (Obrigatório): Em cumprimento à Portaria TRE-RO nº 244/2024, a contratação observará o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) de mulheres para o contingente de vigilantes, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

2. Critério Ambiental (Logística Reversa): A Contratada fica obrigada a implementar a logística reversa dos uniformes e EPIs, promovendo o recolhimento, descaracterização e destinação ambientalmente adequada (reciclagem ou aterro certificado), vedado o descarte em lixo comum. O mesmo aplica-se a pilhas e baterias (Resolução CONAMA nº 401/2008).

3. Critério Econômico: Priorização de materiais duráveis e equipamentos de longa vida útil) para redução de custos de reposição e geração de resíduos.

4.1.1 A qualquer momento a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e nos itens anteriores, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1 Critério Social: A exigência de cota de gênero baseia-se na Temática Social do Guia da AGU, que fomenta ações afirmativas em contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.

4.2.2 Critério Ambiental: A exigência de logística reversa para resíduos têxteis e perigosos (baterias) fundamenta-se na Temática Ambiental do Guia da AGU e na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Indicação de marcas ou modelos ([Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

4.3 Não se aplica

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço (apenas quando ocorreu esse procedimento prévio):

4.4 Não se aplica

Da exigência de carta de solidariedade (apenas quando exigível):

4.5 Não se aplica.

Subcontratação:

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6.1 A subcontratação não é admitida por se tratar de serviço essencial que envolve riscos à segurança patrimonial e institucional, exigindo controle rigoroso sobre a execução, a qual deve ser realizada exclusivamente pela empresa contratada, devidamente autorizada pela Polícia Federal, conforme exigido na **Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024 (Estatuto da Segurança Privada)** e na **Portaria nº 18.045/2023-DG/PF** (consolidada com as atualizações da **Portaria PF nº 19.037/2025**).

4.6.2 Além disso, a vedação à subcontratação garante:

- Responsabilidade direta da contratada sobre a seleção, capacitação e supervisão dos vigilantes armados;
- Mitigação de riscos operacionais e jurídicos, considerando que a atuação de terceiros subcontratados dificultaria o controle da Administração sobre os requisitos legais (porte de arma, reciclagem atualizada conforme **Portaria nº 18-CGCSP/DPA/PF/2025**);
- Maior segurança institucional, dado o elevado grau de confiança exigido das atividades exercidas;
- Atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 122 da Lei nº 14.133/2021.

Garantia da contratação:

4.8. Haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.9 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.9.1 A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato.

4.9.2 Em caso de opção pelo **seguro-garantia**, a adjudicatária terá prazo de **um mês**, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer **antes** da assinatura do contrato.

4.10 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.13 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **11 horas às 18 horas**.

4.14 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, mediante agendamento prévio junto à unidade demandante.

4.15 Para a vistoria, o representante legal da empresa, responsável técnico ou pessoa por ela indicada deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.16 Caso o licitante opte por **não realizar a vistoria**, deverá prestar **declaração formal** assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.18 Outros requisitos: **Requisitos técnicos:**

4.18.1 Requisitos Técnicos da Empresa (Habilitação Operacional): Será exigido da contratada a comprovação de regularidade específica para a atividade de segurança privada, mediante apresentação de **Autorização de Funcionamento** e **Certificado de Segurança** válidos, emitidos pela Polícia Federal, em conformidade com a **Lei nº 14.967/2024** e a **Portaria nº 18.045/2023-DG/PF**.

4.18.2 Requisitos de Infraestrutura e Equipamentos: A contratada deverá fornecer, integralmente e às suas expensas, todos os equipamentos obrigatórios à execução do serviço, incluindo:

1. **Armamento:** Revólveres calibre .38 (ou superior autorizado) com registro ativo no SINARM/PF;
2. **Munição:** Original de fábrica (vedada recarga), tipo ogival ou jaquetada, dentro do prazo de validade;
3. **Uniformes:** Padronizados e completos (Kit semestral), em perfeito estado de conservação;
4. **EPIs:** Coletes Balísticos (Nível II-A ou superior) com CA válido e tamanhos adequados (inclusive feminino), conforme NR-6 do MTE;
5. **Acessórios:** Lanternas táticas recarregáveis, porta-munição, cassetete e livro de ocorrências, conforme especificações do Item 3 deste TR.

4.18.3 Requisitos dos Vigilantes (Perfil Profissional): Os profissionais alocados deverão atender rigorosamente aos requisitos de idoneidade, aptidão e qualificação técnica exigidos pelo **art. 30 da Lei nº 14.967/2024** e pelos novos planos de curso da Polícia Federal (**Portaria nº 18-CGCSP/DPA/PF/2025**), compreendendo:

1. **Nacionalidade:** Ser brasileiro, nato ou naturalizado;
2. **Idade:** Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
3. **Instrução:** Possuir instrução mínima correspondente ao **Ensino Fundamental** (conforme o novo Estatuto da Segurança Privada);
4. **Qualificação:** Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante e reciclagem atualizada (validade bienal), realizados em estabelecimentos autorizados pela Polícia Federal;
5. **Aptidão:** Ter sido aprovado em exame de saúde física, mental e psicológica;

6. **Idoneidade:** Não ter antecedentes criminais registrados e possuir idoneidade comprovada para o manuseio de arma de fogo;
7. **Obrigações Legais:** Estar quite com as obrigações eleitorais e militares;
8. **Identificação Profissional:** Possuir Carteira Nacional de Vigilante (CNV) válida e devidamente registrada.

4.18.4 Fundamentação Legal dos Requisitos: Os requisitos técnicos baseiam-se no novo marco regulatório do setor, visando garantir a legalidade e a eficiência operacional, em estrita conformidade com:

1. **Lei nº 14.967/2024:** Estatuto da Segurança Privada;
2. **Portaria nº 18.045/2023-DG/PF e Portaria PF nº 19.037/2025:** Normas de fiscalização e execução técnica;
3. **Lei nº 10.826/2003:** Estatuto do Desarmamento (controle de armas).
4. **Resolução TRE-RO nº 38/2022:** Política de Segurança Institucional.

4.18.5 Requisitos Comportamentais e Operacionais: Os profissionais alocados deverão ser orientados e treinados para observar as normas internas do TRE-RO, especialmente quanto a:

1. **Disciplina:** Postura, urbanidade e tratamento adequado ao público, magistrados e servidores;
2. **Procedimentos:** Rigor no controle de acesso e na utilização dos equipamentos (rádios e armamento);
3. **Hierarquia:** Observância estrita das diretrizes operacionais emanadas pela Polícia Judicial e pela gestão do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução:

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 A contratada deverá apresentar as certidões criminais da Justiça Estadual, Federal, Militar e Eleitoral bem como a comprovação do curso de formação de vigilante, nos termos da Lei nº 14.967/2024, no prazo estipulado no item 5.10.2 deste Termo de Referência.

5.1.2 O início ocorrerá de forma **imediata** após a emissão da Ordem de Serviço, devendo ser coordenada com a rescisão do contrato emergencial nº 39/2025, garantindo que não haja solução de continuidade na segurança das unidades.

5.1.2.1 Os serviços serão prestados durante todos os dias sejam úteis, fins de semana ou feriados, sem interrupção, durante as 24 (vinte e quatro) horas diárias.

5.1.2.2 As escalas de trabalho funcionarão conforme a seguir:



5.1.2.3. Para o item 1 da tabela do subitem 1.2, cada posto de trabalho adotará a escala de trabalho de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

5.1.2.4. Para o item 2 da tabela do subitem 1.2, cada posto de trabalho adotará a escala de trabalho de 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

5.1.3. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão prestados por vigilantes capacitados, armados e equipados de acordo com as normas vigentes.

5.1.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.1.5. Os vigilantes operarão equipamentos de detecção de metais tais como detectores de metais portáteis, portal de detecção de metais e equipamento de inspeção (scanner) para inspecionar bagagens.

5.1.6. Quando convocada, por vigilante, fiscal ou membro da equipe de fiscalização ou servidor(a) da SSI do TRE/RO, a Contratada enviará patrulhamento móvel ao local de prestação dos serviços, em até 30 (trinta) minutos após o acionamento, que se incumbirá de resolver o problema objeto do chamado, empregando meios próprios, ou recorrendo ao auxílio das autoridades de segurança pública, se for necessário.

5.1.7. Consoante dispõe o Art. 7º da Lei nº 10.826, de 2003, as armas de fogo utilizadas pelos empregados deverão pertencer a Contratada, cabendo-lhe, ainda, a responsabilidade e a guarda, somente podendo ser utilizadas quando em serviço, devendo ser observadas as condições de uso e armazenagem estabelecidas pelo órgão competente, sendo o certificado de registro e autorização de porte expedidos pela Polícia Federal em nome da Contratada.

5.1.8. Ocorrendo mudança de local de prestação dos serviços objeto deste termo de referência, durante a vigência do contrato, ficará a Contratada obrigada a transferir os postos de serviço para o novo endereço, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

5.1.9. A contratada deverá apresentar até 28 de fevereiro de cada ano a escala de férias referente ao ano corrente dos(as) vigilantes que prestam serviços nas unidades do Tribunal;

5.1.10. A contratada, nas substituições programadas, deverá encaminhar com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito horas) a carta de apresentação do(a) vigilante substituto(a);

5.1.11. Em anos eleitorais (anos pares), recomenda-se à contratada evitar conceder férias aos vigilantes que prestam serviço em todas as unidades do tribunal, durante os meses de agosto a outubro (período eleitoral).

5.1.12. O enquadramento da categoria profissional que será empregada no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte: 5173-30 - Vigilante.

5.1.13. O custo integral da formação dos profissionais, inclusive taxas e encargos legais, deverá

ser suportado exclusivamente pela contratada, não sendo admitida qualquer transferência de ônus à Administração.

5.1.13.1. Os custos referentes ao curso de **reciclagem bienal obrigatória** dos vigilantes (conforme Lei nº 14.967/2024), bem como os custos para a **reposição ininterrupta do posto** durante os dias de afastamento para o treinamento, já se encontram integralmente provisionados nos Módulos 4 e 5 da Planilha de Custos e Formação de Preços da contratação, sendo expressamente vedado à Contratada pleitear repasses adicionais, indenizações ou reequilíbrio econômico-financeiro a este título durante a vigência contratual.

5.1.14. Será assegurado ao profissional vigilante:

5.1.14.1. Uniforme especial às expensas da Contratada, nos termos exigidos neste Termo de Referência;

5.1.14.2. Porte de arma, quando em serviço;

5.1.14.3. Prisão especial por ato decorrente do serviço;

5.1.14.4. Seguro de vida, feito pela empresa Contratada, conforme a **Lei nº 14.967/2024**.

5.1.15. A Contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações físicas, hidrossanitárias e elétricas dos prédios do Contratante.

5.1.16. A Contratada deverá possuir quadro de pessoal suficiente para não haver interrupção dos serviços nos casos de faltas, férias, licenças, entre outros.

5.1.17. A Contratada deverá reservar o percentual de **50% (cinquenta por cento)** das vagas para profissionais do sexo feminino (Portaria TRE-RO nº 244/2024).

5.1.17.1. Em caso de não cumprimento da cota exigida no subitem anterior, a Contratada deverá apresentar as justificativas cabíveis e demonstrar que tentou de todas as formas possíveis e aceitas por regras de mercado a contratação de profissionais do sexo feminino, tais como: ampla divulgação de vaga de emprego para vigilante do sexo feminino; documento comprobatório de que realizou buscas em empresas ou associações responsáveis por administração de banco de dados de profissionais em busca de emprego e, por fim, assinar declaração de que envidou todos os esforços na busca por profissionais do sexo feminino para preenchimento da cota exigida no subitem anterior;

5.1.18. A empresa Contratada deverá obrigatoriamente indicar um preposto responsável pelo acompanhamento da execução do contrato. A indicação do preposto deve ser oficializada em documento devidamente assinado por seu representante legal. Neste documento deverão ser informados os contatos do preposto tais como telefone, endereço eletrônico, número de contato para aplicativo de mensagens instantâneas e local para atender seus empregados bem como a indicação dos poderes e deveres do preposto em relação à execução do objeto contratado.

5.1.19. A empresa Contratada deverá apresentar relação dos empregados, contendo nome completo, local e turno do posto de trabalho, número da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

5.1.20. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.21. Os serviços serão verificados diariamente pelo(a) fiscal ou responsável pela equipe de fiscalização do contrato, para efeito de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.1.22. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser

corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.1.23. Para fins de pagamento, os serviços realizados pela Contratada serão recebidos definitivamente pelo Contratante, com periodicidade mensal.

5.1.24. O recebimento definitivo de que trata o subitem anterior não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.1.25. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Local e horário da prestação dos serviços:

5.2 Os serviços serão prestados nas unidades do TRE-RO em Porto Velho, conforme endereços e datas de ativação abaixo:

UNIDADES ADMINISTRATIVAS	TIPOS E QUANTIDADES DE POSTOS		DATA DA ATIVAÇÃO
	12h x 36 h (diurno)	12h x 36 h (noturno)	
Sede própria do Tribunal Regional Eleitoral e Anexos II (Almoxarifado/Depósito de Urnas) – Av. Presidente Dutra 1889 – Bairro Areal – Porto Velho/RO	2	1	Imediata (Após Ordem de Serviço / Assinatura do contrato)
Fórum Eleitoral de Porto Velho – Rua Jacy Paraná, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO	1	1	Imediata (Após Ordem de Serviço / Assinatura do contrato)
Anexo III (Estacionamento/Seção de Transportes – Av. Rogério Weber, s/n – Bairro Baixa da União – Porto Velho/RO.	1	1	Imediata (Após Ordem de Serviço / Assinatura do contrato)
Sede em construção do Tribunal Regional Eleitoral e Anexos - Av. Lauro Sodré, 2.661 - Bairro São Sebastião - Porto Velho/RO	1	1	Ativação posterior, prevista para Maio/2026 (conforme Ordem de Serviço específica e subitem 5.10.5)

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ininterruptamente, inclusive sábados, domingos e feriados, em regime de escala 12x36.

Rotinas a serem cumpridas:

5.4. A execução contratual observará as rotinas:

5.4. Os vigilantes serão orientados pela Contratada no sentido de:

5.4.1. Utilizarem as armas somente em legítima defesa, própria ou de terceiros, e na salvaguarda do patrimônio da Administração, após esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

5.4.2. Acatarem as orientações do fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas do Contratante e de segurança e medicina do trabalho;

5.4.3. Observarem a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto de serviço, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, bem como as que entenderem oportunas;

5.4.4. Repassarem para os vigilantes que assumirem o posto de serviço, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual irregularidade observada nas instalações do Contratante e em suas imediações;

5.4.5. Colaborarem com as autoridades policiais nas diligências empreendidas nas instalações do Contratante, facilitando, o melhor possível, a atuação dos seus agentes, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento, conforme orientação da fiscalização do contrato;

5.4.6. Proibirem a aglomeração de pessoas junto ao posto de serviço, comunicando o fato ao fiscal ou equipe de fiscalização do contrato, no caso de desobediência;

5.4.7. Proibirem a utilização do posto de serviço para guarda de objetos ou bens pertencentes a servidores, a prestadores de serviços do Contratante ou a terceiros;

5.4.8. Assumirem o posto de serviço, trajando uniformes em perfeitas condições de uso e boa apresentação pessoal;

5.4.9. Registrarem formalmente todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços nos postos;

5.4.10. Permanecerem nos postos de serviço, não devendo afastar-se de seus afazeres, principalmente para atender a chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros;

5.4.11. Não saírem dos prédios ou instalações da Contratante portando volumes ou objetos, sem o conhecimento e a devida autorização da fiscalização do contrato;

- 5.4.12. Prestarem os serviços com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das dependências, dos membros da Corte, servidores e das pessoas em geral;
- 5.4.13. Exercerem vigilância em todas as áreas internas e externas dos prédios, com rondas programadas em todas as dependências, vias de acesso, garagens e pátios;
- 5.4.14. Vistoriarem os prédios, ao final do expediente, verificando o fechamento de portas e janelas, ligando ou desligando luzes e condicionadores de ar, conforme a necessidade;
- 5.4.15. Promoverem o recolhimento de quaisquer objetos ou valores encontrados nas dependências dos prédios da Capital da Justiça Eleitoral de Rondônia, providenciando, logo que possível, a remessa desses bens à Seção de Segurança Institucional (SSI);
- 5.4.16. Verificarem as condições de funcionamento dos equipamentos e sistemas essenciais à manutenção das atividades de segurança desenvolvidas nos prédios do Tribunal;
- 5.4.17. Impedirem a entrada de pessoas que se apresentarem de modo inconveniente e em desacordo com as normas internas do Contratante, orientarem o tráfego de pessoas, não permitirem a ocupação total ou parcial do hall, corredores e outras áreas comuns que deem acesso a extintores de incêndio, hidrantes e saídas de emergência;
- 5.4.18. Intervirem prontamente, sempre que se verificarem quaisquer incidentes ou desentendimentos nas áreas sob vigilância, interna e externa, nas filas de espera, nos setores de atendimento ao público, durante ou fora do horário normal de expediente;
- 5.4.19. Exigir, sempre que necessário, a abertura de embrulhos ou volumes para conferência de seu conteúdo, informando à fiscalização do contrato quando houver qualquer irregularidade;
- 5.4.20. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto de trabalho que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e dos prédios do Contratante;
- 5.4.21. Manter em local visível o número do telefone da Delegacia de Polícia da região, do corpo de Bombeiros, do fiscal ou dos membros da equipe de fiscalização do contrato e do(a) servidor(a) responsável pela Seção de Segurança Institucional do TRE/RO além de outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- 5.4.22. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nos prédios do Contratante, identificando os motoristas autorizados a estacionarem seus carros particulares no estacionamento interno dos prédios, mantendo sempre os portões fechados;
- 5.4.23. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do Contratante, facilitando a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- 5.4.24. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas dependências do Contratante, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pelo TRE/RO;

5.4.25. Providenciarem o hasteamento e arreamento da Bandeira Nacional nas datas e horários apropriadas, observando o que nesse sentido dispõe a Lei n.º 5.700, de 01/09/1971;

5.4.26. Registrar diariamente a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto onde estiver prestando seus serviços.

Materiais a serem disponibilizados:

5.5 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais e equipamentos nas quantidades estimadas a seguir, promovendo sua substituição imediata quando necessário:

I - Equipamentos de Segurança (Por Posto Armado)

Item	Descrição	Quantidade por Posto
1	Revólver calibre 38	1
2	Munição calibre 38	10
3	Placa de Colete balístico	1
4	Capa de Colete balístico	4
5	Cassete/porta cassetete	1
6	Apito com cordão	4
7	Livro de ocorrências	1
8	Cinto com coldre e baleiro	1
9	Lanterna com pilhas	1
10	Bastão de ronda eletrônico	1

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

5.6 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1 Quantitativo: Contratação de 09 (nove) postos de vigilância armada, totalizando 18 vigilantes efetivos mais reserva técnica;

5.6.2. Cota Social de Gênero: A Contratada deverá assegurar que, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** das vagas sejam ocupadas por mulheres (Portaria TRE-RO nº 244/2024).

5.6.3. Como parâmetro para o cálculo do valor estimado, foi adotada a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, Número de Registro no MTE: RO000062/2024, Data de Registro no MTE:16/04/2024.

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

5.7 Não será exigida garantia dos serviços (nos moldes de garantia legal ou complementar do CDC), pois a natureza da solução consiste na prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra (obrigação de meio).

5.8 A qualidade e a manutenção do serviço serão asseguradas por meio de:

I - Fiscalização diária e Acordo de Nível de Serviço (ANS);

II - Obrigação de **substituição imediata** de qualquer equipamento ou material defeituoso (manutenção corretiva) durante toda a vigência.

Uniformes

5.9 Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.9.1 O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

I - Calça tática, Camisa/Gandola, Coturno, Cinto, Capa de chuva, Agasalho e Crachá.

II - Fornecimento de **01 (um) conjunto completo no início da execução, devendo ser substituído integralmente a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época (máx. 48h) se houver desgaste ou dano.**

II - Tabela de Uniformes (Kit Anual por Vigilante)

Item	Peça	Quantidade Anual por empregado
1	Jaqueta ou Japona	1
2	Calça	4
3	Camisa de mangas curtas	4
4	Cinto de Nylon	1
5	Sapatos/Coturnos	2

6	Meias	4
7	Capa de chuva com faixas fluorescentes	1
8	Crachá de identificação	1
9	QUEPE/BONÉ COM EMBLEMA	1

5.9.2 As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

I - Tecido resistente a rasgos;

II - Calçados confortáveis e antiderrapantes.

5.9.3 No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.4 Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato:

5.10.1. A Contratada deverá assumir os postos de vigilância de forma coordenada com a atual prestadora (Contrato nº 39/2025), garantindo a assunção integral dos serviços sem qualquer solução de continuidade na cobertura de segurança 24 horas do Tribunal.

5.10.2. Em prazo não inferior a 5 (cinco) dias úteis antes do início das atividades, a Contratada deverá apresentar à Seção de Segurança Institucional (SSI) a relação nominal dos vigilantes que atuarão nos postos, acompanhada dos respectivos certificados de formação/reciclagem válidos, exames de aptidão física/psicológica e comprovantes de idoneidade.

5.10.3. No ato da implantação dos postos, a área técnica de Segurança Institucional realizará a conferência e aprovação do armamento, das munições e dos coletes balísticos fornecidos pela empresa. Na mesma ocasião, a equipe terceirizada receberá instrução sobre as regras de uso e zelo dos rádios comunicadores cedidos pelo Tribunal.

5.10.4. Nos primeiros 30 (trinta) dias de execução contratual, a supervisão de campo da Contratada deverá ser intensificada para garantir a pronta adaptação dos vigilantes às normas internas de conduta e aos procedimentos de controle de acesso definidos pela Polícia Judicial.

5.10.5. A implantação do posto de vigilância na unidade em construção (Av. Lauro Sodré) não ocorrerá no início do contrato, sendo efetivada posteriormente mediante Ordem de Serviço específica, com previsão para maio de 2026. Caberá à Contratada garantir a mobilização adicional de pessoal, armamento e logística no prazo que vier a ser estipulado pela fiscalização.

5.10.6. Ao término do contrato, a Contratada providenciará a desmobilização de seu efetivo e o recolhimento seguro de todo o material bélico e uniformes (logística reversa), além da devolução de crachás e equipamentos pertencentes ao Tribunal. A desmobilização deverá ser coordenada com a prestadora sucessora para assegurar a transição sem interrupção da segurança.

Outras informações julgadas importantes para a correta execução do contrato:

Rádios comunicadores

5.10. Os rádios comunicadores utilizados pelos vigilantes na execução dos serviços serão fornecidos pelo TRE-RO, devendo ser utilizados exclusivamente para fins de comunicação operacional, de acordo com as orientações da Seção de Segurança Institucional – SSI.

5.10.1. Os rádios deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso pelos vigilantes durante toda a jornada de trabalho, garantindo comunicação contínua, segura e eficiente entre os postos de serviço, equipe de fiscalização do contrato e demais servidores autorizados.

5.10.2. Os equipamentos deverão permanecer ligados e em monitoramento ativo durante todo o período de prestação dos serviços, sendo vedada qualquer utilização para fins pessoais, estranhos ao serviço ou que possam comprometer a segurança das instalações e das pessoas.

5.10.3. Em caso de mau funcionamento, perda, danificação ou necessidade de troca de bateria, o vigilante deverá comunicar imediatamente o fiscal do contrato ou a SSI, seguindo os procedimentos internos para substituição ou manutenção do equipamento.

5.10.4. É responsabilidade da Contratada orientar seus vigilantes quanto ao uso adequado dos rádios, ao zelo pelos equipamentos e à observância dos canais de comunicação definidos pelo TRE-RO.

5.10.5. O não cumprimento das orientações acima poderá ser registrado como ocorrência contratual, nos termos previstos na fiscalização técnica deste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o TRE-RO e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de correio eletrônico ou sistema de processo administrativo eletrônico (SEI).

6.4 O Tribunal poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá **convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização**, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6 A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7 A Contratada deverá manter preposto da empresa no município da execução do objeto

6.8 A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a sua execução para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#));

6.16 A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO SETORIAL E MEDIÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL, conforme previsto no ANEXO X para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17 Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.18 O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.19 O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.20 A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a **excepcionalidade da ocorrência**, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.21 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.22 É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.23 O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.24 A fiscalização do contrato, ao verificar que houve **subdimensionamento da produtividade pactuada**, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021. (IN 05/17 - art. 62)

6.25 A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN 05/2017)

6.26. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

I - Conferência de Efetivo e Cotas: Verificar diariamente a pontualidade e o fechamento dos postos, bem como fiscalizar mensalmente o cumprimento da cota de 50% de mulheres e a priorização de vulneráveis (Portaria TRE-RO nº 244/2024);

II - Inspeção de Armamento e Munição: Conferir periodicamente se as armas em uso correspondem às registradas, se as munições são originais (não recarregadas) e se estão dentro do prazo de validade;

III - Validade de Certificações: Monitorar o vencimento das reciclagens e da Carteira Nacional de Vigilante (CNV) de todo o efetivo, impedindo a permanência de profissionais com habilitação vencida;

IV - Verificação de EPIs: Inspeccionar a validade do Certificado de Aprovação (CA) dos coletes balísticos e o estado de conservação dos uniformes e acessórios;

V - Controle de Patrimônio Cedido: Fiscalizar o uso e a integridade dos rádios comunicadores (HTs) e demais sistemas de segurança cedidos pelo Tribunal;

VI - Sustentabilidade Operacional: Supervisionar o descarte adequado de baterias e materiais controlados, conforme o Plano de Logística Sustentável do Órgão.

6.27 A fiscalização de que trata esta seção não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.28 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no **Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017**, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.29 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.30 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.31 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.32 A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33 Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1 No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

I - no **primeiro mês da prestação dos serviços**, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- i. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
- ii. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
- iii. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

II - entrega até o **dia trinta do mês seguinte** ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

- i. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- ii. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- iii. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- iv. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- v. Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP/SEFIP) ou relatórios correspondentes do eSocial/DCTFWeb, acompanhados da memória de cálculo, para que o fiscal administrativo comprove se o percentual de SAT (RAT x FAP) efetivamente recolhido pela Contratada permanece idêntico ao percentual cotado na Planilha de Custos. Em caso de redução do FAP da empresa pelo Governo, a Contratada deverá comunicar imediatamente à Administração para o reequilíbrio econômico-financeiro (redução do valor do contrato), sob pena de glosa e instauração de processo sancionatório.

III - entrega, **quando solicitado pelo Contratante**, de quaisquer dos seguintes documentos:

- i. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- ii. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

- iii. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- iv. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- v. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

IV - entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, **quando da extinção ou rescisão do contrato**, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

- i. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- ii. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- iii. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- iv. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2 Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.I acima deverão ser apresentados.

6.33.3 A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1 III acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4 A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, **na forma do art. 507-B da CLT**, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5 O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6 Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7 Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.33.8 No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9 Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, desde que impossibilitado o acesso a eles de forma digital nos respectivos sistemas informatizados.

6.33.10 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra **deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB)**.

6.33.11 Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra **deverão oficial ao Ministério do Trabalho**.

6.33.12 O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13 A Administração contratante **poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação**, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14 Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15 Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a **Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato**.

6.33.16 O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17 Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18 O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19 A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21 A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.33.22 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.34 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no **histórico de gerenciamento do contrato**, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, **elaborando relatório** com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.35 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.36 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.37 O gestor do contrato **emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial** quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.37.1 Não sendo designado, o gestor do contrato exercerá as atribuições do fiscal administrativo.

6.38 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo

setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.39 O gestor do contrato deverá elaborar **relatório final** com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.40 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará:
(x) O **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, conforme previsto no **Anexo X** deste Termo de Referência.

7.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
I – Não produziu os resultados acordados;
II – Deixou de executar, ou executou com qualidade inferior à exigida, as atividades contratadas; ou
III – deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada..

7.3 A adoção de instrumento substituto ao IMR não impede a aplicação de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, como fiscalizações in loco e registros de ocorrências.

7.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

I - Unidade de Medida: A remuneração será baseada em **Posto/Mês**, conforme os quantitativos e tipos de postos (diurnos e noturnos) efetivamente disponibilizados e operacionais no período;

II - Periodicidade: Mensal, correspondente ao período de 01 (um) mês de prestação efetiva de serviços;

III - Documentação Comprobatória: O faturamento deverá ser acompanhado das folhas de ponto, comprovantes de pagamento de salários e benefícios, e relatórios de ocorrências validados pela SSI;

IV - Metodologia de Cálculo: O valor mensal devido será o resultado do valor do posto multiplicado pela quantidade de postos, subtraindo-se eventuais glosas decorrentes de:

a) Ausência de posto ou cobertura incompleta (falta de vigilante sem substituição imediata);

b) Níveis de qualidade abaixo do esperado, conforme as métricas e fatores redutores estabelecidos na Tabela de Indicadores do IMR (Anexo II).

Do recebimento:

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, "a", da Lei nº 14.133/2021 e arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246/2022).

7.6 O prazo mencionado será contado do recebimento da comunicação de cobrança da contratada, com comprovação da prestação dos serviços correspondentes à parcela a ser paga.

7.7 O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências técnicas.

7.8 O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências administrativas.

7.9 O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob os pontos de vista técnico e administrativo.

7.10 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

I – O fiscal técnico apurará o resultado das avaliações da execução do objeto, com base nos indicadores previstos no edital, podendo haver redimensionamento dos valores a serem pagos, conforme relatório a ser enviado ao gestor do contrato;

II – O fiscal administrativo verificará os dispêndios relativos aos salários, obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, emitindo relatório ao gestor do contrato.

7.11 Considera-se realizado o recebimento provisório com a entrega do(s) termo(s) detalhado(s) pela fiscalização.

7.12 A contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, qualquer parte do objeto em que se verifiquem vícios ou defeitos, ficando suspenso o ateste final até a correção de todas as pendências.

7.13 O ateste da última medição só ocorrerá após sanadas todas as pendências do recebimento provisório.

7.14 O recebimento provisório estará condicionado, quando aplicável, à conclusão de testes de campo e à entrega de manuais e instruções.

7.15 Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, quando em desacordo com o TR ou a proposta, sem prejuízo da aplicação de sanções.

7.16 Se a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter a análise técnica e administrativa completa, com encaminhamento ao gestor para o recebimento definitivo.

7.17 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado emitido por servidor ou comissão designada, conforme os seguintes procedimentos:

I – Emissão de documento de avaliação pela fiscalização sobre a execução contratual;
II – Análise da documentação, com solicitação de correções se necessário;

- III – Emissão do Termo Detalhado de Recebimento Definitivo;
IV – Comunicação à contratada para emissão da nota fiscal no valor aferido;
V – Encaminhamento da documentação ao setor de contratos.

7.18 Em caso de controvérsia sobre a execução, será solicitada a nota fiscal apenas sobre a parcela incontroversa, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

7.19 Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução de inconsistências na execução ou cobrança.

7.20 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e profissional da contratada pela execução adequada do serviço.

Liquidação

7.21 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.23 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;
- V - o valor a pagar; e
- VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento:

7.31 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32 Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data que o pagamento deveria ter ocorrido e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \text{EM} &= \text{I} \times \text{N} \times \text{VP} \\ \text{Na} & \text{qual:} \\ \text{EM} &= \text{Encargos} \text{ moratórios;} \\ \text{N} &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ \text{VP} &= \text{Valor da parcela a ser paga.} \\ \text{I} &= \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:} \\ \text{I} &= \frac{(\text{TX})}{365} \quad \text{I} = \frac{(6/100)}{365} \quad \text{I} = 0,00016438 \end{aligned}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.32.1 a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

Forma de pagamento:

7.33 O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.33.1 Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.33.2 Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.

7.33.3 O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.34 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Regime

Tributário

7.36 Observações quanto à tributação:

1. Os Encargos Sociais e os Tributos PIS, COFINS e ISS foram definidos utilizando o regime de tributação de Lucro Presumido. O Licitante deverá elaborar sua proposta e, por conseguinte, suas planilhas, com base no regime de tributação ao qual estará submetido durante a execução do contrato, observando o preço máximo aceito pela Administração.

2. Alíquotas do PIS e COFINS - Regime do LUCRO REAL ou de incidência não-cumulativa ou mista - Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003: O licitante que adota esse regime deverá comprovar a alíquota média efetiva recolhida nos últimos 12 meses - apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) - com remessa desses registros como anexo das planilhas de composição de custos, na linha da jurisprudência do TCU

(como no Acórdão 2622/2013-Plenário) e das **Orientações expedidas Secretaria de Gestão do Ministério da Economia** sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra em que os licitantes adotem o regime de tributação do lucro real (**disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>**).

2. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, o licitante Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP optante pelo Simples Nacional, que, por ventura venha a ser contratado, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações. Assim:

a. O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 60 (sessenta) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do art. 430 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

b. Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

3. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra de que trata a observação 2 não se aplica às atividades de serviço de vigilância, limpeza ou conservação de que trata o art. 18, § 5º-C, VI da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

a. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

b. Eventual **enquadramento superveniente** - após a assinatura do contrato - no Regime do Simples Nacional, com abrigo nas disposições do art. 5º-H c/c 5ª-C, VI do art. 18 c/c o § 1º do art.

17, ambos da LC nº 123/2006: A partir da comprovação do eventual **enquadramento superveniente** não mais ocorrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, independentemente da alíquota informada nas planilhas de custos de mão de obra, em observância da LC nº 123/2006; Lei nº 10.833/2003 e Instrução Normativa RFB nº 1234/2012;

c. é inaplicável o reequilíbrio econômico-financeiro à alteração de regime tributário superveniente que venha a onerar a contratação por ato voluntário, vez que não configura ocorrência da álea econômica extraordinária, sendo fator previsível que pode se consubstanciar, inclusive, **exercício de abuso de direito**, em violação ao princípio da competitividade, vez que decorrente de mera liberalidade da empresa que não se subsume às hipóteses legais insertas no art. 124, inc. II, “d”, tampouco no art. 134 da Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido: **Orientação Normativa AGU nº 61/2020, na linha da jurisprudência do TCU**;

d. Caso a mudança do regime produza redução do valor do contrato será cabível o reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Administração Pública. Precedentes: v.g, acórdãos TCU 2927/11 e 3289/22, ambos do Plenário. Possibilidade excepcional de reequilíbrio com fundamento no art. 134 da Lei nº 14.133/2021.

e. Em função do regime de incidência não-cumulativa ou mista do PIS e da COFINS, de acordo com as regras das **Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, com aplicação ao Simples Nacional**, nos casos de eventual desenquadramento superveniente desse regime, com redução das alíquotas do PIS e da COFINS - e consequente redução efetiva nos custos do contrato, a contratada deverá comprovar a alíquota média efetiva recolhida nos últimos 12 meses - apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) - cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com as novas planilhas para repactuação dos serviços, na linha da jurisprudência do TCU (como no Acórdão 2622/2013-Plenário) e das **Orientações expedidas Secretaria de Gestão do Ministério da Economia** sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra em que em que os licitantes adotem o regime de tributação do lucro real (**disponível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>**).

e.1 Tendo como norte também a interpretação conferida ao tema pela **Orientação Normativa AGU nº 61/2020, de acordo com o art. 37, XXI, da CF**, os novos percentuais desses dois tributos, caso majorados no futuro, deverão observar como teto os percentuais ofertados pela licitante no certame licitatório no qual sagrou-se vencedora e celebrou contrato com a Administração, ou seja, alíquotas de 0,65% para o PIS e 3,00% para a COFINS.

4. O Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) é variável e consiste na multiplicação do Risco Ambiental do Trabalho (RAT) pelo Fator Acidentário de Prevenção (FAP). O licitante deverá cotar o percentual do SAT estritamente de acordo com o seu nível de risco efetivo.

a) A comprovação do percentual cotado é obrigatória e deverá ser feita no momento do envio da proposta readequada ao lance vencedor, mediante a apresentação da GFIP/SEFIP ou dos relatórios do eSocial/DCTFWeb do mês anterior à licitação, acompanhados do Extrato do FAP atualizado emitido pelo Ministério da Previdência Social. Propostas com percentuais de SAT superiores ao efetivamente comprovado pela empresa serão desclassificadas ou deverão ser readequadas.

5. Em virtude do regime de transição da Reforma Tributária (Emenda Constitucional nº 132/2023), que substituirá gradativamente o PIS, a COFINS e o ISS pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

e pela Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) ao longo da vigência contratual, o Tribunal promoverá, nas épocas próprias e conforme o cronograma legal, o reequilíbrio econômico-financeiro de ofício das planilhas da contratada (art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021). O objetivo desta revisão será garantir a estrita neutralidade tributária da avença, de modo que a variação da carga de impostos não cause prejuízos à exequibilidade do contrato nem gere ônus indevido à Administração.

Cessão de crédito:

7.37 Não será admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira.

Conta-Depósito Vinculada

7.38 De acordo com a Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025, e, no que couber, a IN SG/MPDG 05/2017 (aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022), para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas oriundas do contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, fica estabelecido que:

I – O TRE-RO reterá, mensalmente, do valor devido à contratada, o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas: a) férias; b) 1/3 constitucional sobre férias; c) 13º salário; d) multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e e) encargos previdenciários e tributos aplicáveis incidentes sobre as férias, 13º salário e 1/3 constitucional.

II – Os percentuais de retenção serão aqueles estipulados na Planilha de Custos e Formação de Preços da proposta vencedora, observados os ditames legais e convencionais vigentes. Em cumprimento ao art. 12, § 2º, inciso I, da Resolução CNJ nº 651/2025, o montante do depósito será guiado pelos seguintes parâmetros:

PERCENTUAIS PARA CONTINGENCIAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS CONTRATOS POR <u>PRAZO INDETERMINADO</u>	
RUBRICAS	%
13º SALÁRIO	8,33%
FÉRIAS E ABONO DE FÉRIAS (1/3 constitucional)	11,10%
MULTA DO FGTS POR DISPENSA SEM JUSTA CAUSA	5%
SUB-TOTAL	24,43%
INCIDÊNCIA DOS ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS SOBRE FÉRIAS, 1/3 CONSTITUCIONAL E 13º SALÁRIO (*)	Pode variar de 7,39%, 7,60% e 7,82%, dependendo do grau de risco da empresa contrata (RAT X SAT)



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

TOTAL	Pode variar de 31,82%, 32,03% e 32,25% dependendo do grau de risco da empresa contratada
(*) Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) e 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente de trabalho, previstas no inciso II do art. 22 da Lei 8.212, de 24/07/1991.	

III – Os depósitos serão realizados pelo TRE-RO em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em banco público oficial, no nome da empresa contratada, e movimentada exclusivamente por ordem deste Tribunal. Os valores depositados são absolutamente impenhoráveis (art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021).

IV – A assinatura do contrato de prestação de serviços será sucedida da solicitação de abertura da referida conta pelo TRE-RO. A empresa contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para assinar os documentos de abertura da conta vinculada.

a) O descumprimento do prazo para assinatura da documentação sujeitará a contratada à aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no Contrato, sem prejuízo da retenção dos pagamentos mensais até a regularização.

V – Os saldos da conta-depósito vinculada serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos, definido no termo de cooperação técnica firmado entre o TRE-RO e o banco, que garanta a disponibilidade de resgate dos valores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação formalizada pelo órgão.

VI – Eventuais despesas ou tarifas bancárias para abertura e manutenção da conta vinculada, caso cobradas pela instituição financeira, deverão ser suportadas na taxa de administração (custos indiretos) da empresa contratada. Caso o banco realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à contratada para recomposição do saldo.

VII – A movimentação da conta vinculada será autorizada pelo TRE-RO exclusivamente para:

a) Pagamento direto aos empregados: transferência diretamente para a conta dos trabalhadores para quitação de encargos vencidos, em caso de inadimplemento da empresa;

b) Resgate pela contratada: mediante comprovação documental de que a empresa já efetuou o pagamento das verbas aos empregados alocados na execução do contrato, solicitando o reembolso. O TRE-RO expedirá a autorização ao banco no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a conferência.

VIII – O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários. **a)** Na hipótese de sucessão de contratos com a mesma empresa, os valores excedentes provisionados poderão ser liberados em relação aos trabalhadores terceirizados que permanecerem alocados na prestação dos serviços do novo contrato, mediante requerimento instruído com cálculos individualizados, nos termos do art. 15 da Resolução CNJ nº 651/2025.

Pagamento pelo fato gerador:

7.39 Como regra geral o TRE-RO não utilizará o pagamento pelo fato gerador (art. 121, § 3º, V, da Lei nº 14.133/2021).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (☒) MENOR PREÇO OU (☐) MAIOR DESCONTO.

(☐) por item (único)

(☒) por grupo único (pelo valor global)

Regime de Execução

8.2 O regime de execução do contrato será:

(☒) empreitada por preço global

(☐) empreitada por preço unitário

8.3 Há anexos da proposta?

(☒) sim, relacionar todos e apontar o item do ETP e do TR que contém a exigência:

- Proposta de Preços ([1485898](#))
- Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo do edital (elaborada com base no modelo do Anexo VII-D da IN 05/2017);
- Declaração de Compromisso com a Cota Social de 50% mulheres ([1487134](#)) .
- Modelo de Declarações ([1485914](#))
- Modelo Enquadramento sindical e atividade ([1485921](#))
- Comprovante/Laudo de dimensionamento do SESMT (apenas para licitantes que cotarem este custo), conforme item 8.3.1.
- Comprovantes vigentes do FAP e RAT (GFIP/SEFIP ou relatórios do eSocial/DCTFWeb com Extrato do FAP) para comprovação estrita do percentual de SAT cotado na planilha, conforme item 7.36 (Observação 4)

(☐) não

8.3.1. A licitante que cotar o custo referente ao SESMT (Cláusula 15ª da CCT) no Submódulo 2.3 da sua Planilha de Custos deverá, obrigatoriamente, apresentar o laudo de dimensionamento válido,

sempre que exigível pelo seu grau de risco e número de empregados, obtido por meio do sistema eletrônico do portal Gov.br, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 4 (NR-4/2023).

a) A não apresentação deste comprovante no momento da adequação da proposta ao lance vencedor obrigará a licitante a zerar este custo e readequar sua planilha, sob pena de desclassificação.

8.4 Deverá ser adotada modo de disputa por lances:

☒ (x) aberto;

☐ () aberto e fechado;

☐ () fechado e aberto,

com intervalo mínimo de 0,5% (zero vírgula cinco) entre os lances (art. 22, § 1º da IN SEGES/ME n. 73/2022).

8.5 Divulgação do preço estimado:

☒ (x) Sim.

☐ () Não. **Justificativa (art. 24, L. 14.133/2021):**

8.6 Exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame (art. 4º, L. 14.133/2021):

☐ () SIM, informar o dispositivo da LC 123/2006;

☒ (x) NÃO, informar o dispositivo da LC 123/2006. Justificativa: O valor anual estimado para o grupo da contratação ultrapassa o limite de exclusividade estipulado pelo art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o certame de ampla concorrência.

EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

8.7 Os requisitos de habilitação jurídica serão definidos no edital do certame.

8.8 Alvará de Funcionamento para o exercício da atividade de segurança/vigilância privada, expedido pela Polícia Federal nos termos da Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

8.9 Os requisitos de habilitação fiscal, social e trabalhista serão definidas no edital do certame.

8.10 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (serviço de vigilância patrimonial armada).

8.11 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, nos termos do art. 68, II, da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Econômico-Financeira:

8.12 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.13 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

I - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); ou

II - caso qualquer um dos índices referidos no inciso I não seja superior a 1 (um), patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

III - comprovação de *Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante)* de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

8.13.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.13.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.13.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.14 Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo I ([1464983](#)) deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data apresentação da proposta, não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

I - a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

II - caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

Qualificação Técnica:

8.15 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.15.1 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.16 Prova de atendimento a requisitos previstos em lei especial:

1. **Alvará de Funcionamento** expedido pela Polícia Federal, renovado e com validade plena, autorizando a empresa a operar no estado de **Rondônia**;
2. **Certificado de Segurança** válido, emitido pela Polícia Federal, que ateste que o estabelecimento da empresa (sede ou filial no estado) possui condições de segurança para a guarda de armas e munições (**Lei nº 14.967/2024**).

Qualificação Técnico-Operacional

8.17 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, mediante atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.18 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão evidenciar as seguintes características mínimas:

1. **Tempo de Experiência:** Experiência mínima de **03 (três) anos** na prestação de serviços de vigilância armada, admitindo-se o somatório de atestados;
2. **Quantitativo:** Execução anterior de contrato(s) contendo, no mínimo, **04 (quatro) postos de vigilância armada** simultâneos (inferior aos 50% dos 09 postos pretendidos);
3. **Especialidade:** Comprovação de que os serviços envolviam o manuseio de **material bélico** (armas de fogo) e controle de acesso com fluxo de público.

8.19 Será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.20 Declaração de que o licitante possui ou instalará **escritório/estrutura administrativa em Porto Velho/RO**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, para fins de suporte operacional e fiscalização imediata.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Estima-se para a presente contratação o valor global de **R\$ 7.232.064,00 (sete milhões, duzentos e trinta e dois mil e sessenta e quatro reais)**.

9.2 O custo estimado da contratação deverá ser divulgado com o objetivo de subsidiar o preenchimento adequado das propostas pelos licitantes, bem como a elaboração da planilha de decomposição de preços.

9.3 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, **mediante solicitação do contratado**.

9.4 Não se aplica.

Repactuação dos preços contratados (art. 92, inciso V e X, Lei nº 14.133/2021)

9.5 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, **mediante solicitação do contratado**.

9.6 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

I - Para os **custos relativos à mão de obra**, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

II - para os **custos decorrentes do mercado**: a partir da apresentação da proposta.

9.7 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

9.7.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

9.8 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021)

9.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, 5, da Lei n. 14.133/2021)

9.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

9.11 Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (art. 135, 1 e 2, da Lei n. 14.133/2021)

9.12 Quando a repactuação solicitada se referir aos **custos da mão de obra**, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

9.12.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

9.13 Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos **custos decorrentes do mercado**, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA (*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE*) com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o,$$

onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

9.14 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

9.15 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

9.16 Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.17 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

9.18 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se **houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor**, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

9.19 Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da **variação dos custos contratuais de mão de obra** vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

9.20 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

9.21 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

9.22 O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

9.23 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

9.24 A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

9.25 O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 10 (dez) *dias úteis*, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, 6, c/c o art. 135, § 6º)

9.26 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

9.27 A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

9.28 As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do **equilíbrio econômico** dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.29 O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

9.30 A **majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão** do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

9.31 A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 A fonte orçamentária para o custeio das despesas da contratação está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA								
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano					
			2026 (5 meses) (R\$)	2027 (R\$)	2028 (R\$)	2029 (1,R\$)	2030 (R\$)	2031 (7 meses) (R\$)
Ordinário	Terceirização de Vigilância Armada - Sede do Tribunal e anexos.	IEF VIGO ST	602.672,00	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	1.446.412,80	241.068,80

Total por exercício financeiro	602.67	1.446.41	1.446.41	1.446.41	1.446.41	1.446.41	843.740	
	2,00	2,80	2,80	2,80	2,80	2,80	,80	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES								

10.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

11.1 Sem prejuízo das infrações e sanções definidas no edital do certame e na minuta do futuro contrato, anexo do edital, este capítulo regula as multas moratórias e compensatórias pelo descumprimento injustificado das obrigações estabelecidas nos documentos da contratação.

11.2. Limites dos percentuais de multa: de 0,5% (meio por cento) até o máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156 da L. 14.133/21, observados as situações descritas no seu § 1º.

MULTAS MORATÓRIAS

a) Moratória pela interrupção na prestação dos serviços:

- i.** Primeira interrupção injustificada de até **03 (três) horas** na execução dos serviços contratados, multa de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** sobre o valor mensal do contrato, até o limite de **03 (três) horas**;
- ii.** Segunda interrupção injustificada de até **03 (três) horas** na execução dos serviços contratados, multa de **0,7% (zero vírgula sete por cento)** sobre o valor mensal do contrato, até o limite de **03 (três) horas**;
- iii.** Terceira interrupção injustificada na execução dos serviços contratados, multa de **0,9% (zero vírgula nove por cento)** sobre o valor total do contrato, independentemente da parcela inadimplida, até o limite de **03 (três) horas**;
- iv.** Quarta interrupção injustificada superior a **03 (três) horas** na execução dos serviços contratados ou qualquer interrupção por prazo superior ao definido nesta alínea "a" poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

b) Moratória pelo descumprimento do prazo para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:

- i.** Multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- ii.** O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) Moratória pelo cumprimento de determinação do fiscal ou do gestor do contrato:

- **i.** Primeiro descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de **1% (um por cento)** sobre o valor mensal do contrato, com prazo de correção de até **24 (vinte e quatro) horas**;
- **ii.** Segundo descumprimento injustificado de determinação regularmente notificada pelo fiscal ou gestor do contrato: multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor mensal do contrato, com prazo de correção de até **24 (vinte e quatro) horas**;
- **iii.** Terceiro descumprimento injustificado de determinação superior a **24 (vinte e quatro) horas** ou qualquer interrupção por prazo superior poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

d) Moratória pelas demais obrigações inadimplidas:

- Multa de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado, até o máximo de **2% (dois por cento)**, sobre o valor da parcela inadimplida, pelo descumprimento das demais obrigações inadimplidas, até o limite de **30 (trinta) dias**.

MULTAS COMPENSATÓRIAS

- **i.** Multa compensatória de **20,0% a 30,0%** do valor do contrato para apresentação de documentação falsa ou prática de ato lesivo (Lei nº 12.846/2013).
- **ii.** Multa compensatória de **10,0% a 30,0%** do valor do contrato para inexecução total do contrato.
- **iii.** Multa compensatória de **20,0% a 30,0%** do valor do contrato para inexecução parcial que cause grave dano à administração.
- **iv.** Multa compensatória de **5,0% a 30,0%** do valor do contrato por retardamento da execução sem motivo justificado.
- **v.** Multa compensatória de **5,0% a 30,0%** do valor do contrato por inexecução parcial.

11.3. O processo administrativo de aplicação das sanções observará as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e as regras definidas no contrato, sem prejuízo da aplicação de normas específicas do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

Responsável

OU	
Equipe de Planejamento da Contratação	
_____ Integrante	_____ Integrante
_____ Integrante	_____ Integrante

Anexo [NÚMERO A SER DEFINIDO PELO EDITAL/TERMO DE REFERÊNCIA]

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA –
REGRA DO 1/12**

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [número], com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu representante legal infra-assinado, declara, para fins de habilitação em procedimento licitatório promovido pelo [nome do órgão/entidade contratante], que:

1. Que teve pleno conhecimento de todas as informações, condições locais e demais elementos necessários ao fiel cumprimento das obrigações decorrentes do objeto da licitação, conforme previsto no item 8.15 do Termo de Referência.
2. A soma equivalente a **1/12 (um doze avos)** dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data de apresentação da proposta, **não ultrapassa o valor do patrimônio líquido da empresa**, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais documentos contábeis apresentados.
3. Anexa a esta declaração:
 - Relação dos contratos vigentes, públicos e/ou privados, contendo: órgão/empresa contratante, valor total, vigência e escopo básico;
 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) referente ao último exercício social;
 - Balanço Patrimonial evidenciando o Patrimônio Líquido atualizado;
 - Declaração de profissional da área contábil atestando a veracidade das informações (modelo abaixo).



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

4. Declara, ainda, sob as penas da lei, a veracidade das informações prestadas, ciente das sanções legais aplicáveis na hipótese de falsidade ou omissão, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

[Cidade - UF], [data].

[Nome	do	representante	legal	da	empresa]
Cargo:					
CPF					nº:
RG nº:					

0000612-02.2025.6.22.8000